

VALOR ECONÔMICO E RECONHECIMENTO SOCIAL DO VALOR: UM ENSAIO EM FILOSOFIA DA ECONOMIA

Alfredo Pereira Jr.¹

Francisco Sousa²

Resumo

Realizamos aqui uma análise filosófica de conceitos econômicos e apresentamos uma proposta de abordagem prática das questões levantadas. O *Valor Econômico* é definido em relação às trocas econômicas efetivas, atuais ou potenciais, enquanto o *Valor Social* é definido em relação às ações de promoção das pessoas, ou seja, ao desenvolvimento humano. Na sociedade capitalista, há uma dissociação entre ambos, pois o Valor Social só é objeto de remuneração quando tem Valor Econômico, o que conduz a dois tipos de problema: o aumento da desigualdade econômica, desfavorecendo os setores da sociedade que geram Valor Social sem Valor Econômico, e a degradação do ambiente, que acontece quando os bens ambientais são utilizados pelo prisma exclusivo do Valor Econômico. Neste ensaio, procuramos investigar estes conceitos, os relacionando com o conceito de *Consciência*, a qual operaria historicamente não só na geração do Valor Econômico, como também no processo de reconhecimento e remuneração do Valor Social. Na transição da teoria para a prática, fazemos também sugestões sobre uma maneira de resolver o problema no âmbito da política econômica de Estado.

Palavras-Chave: Filosofia da Economia, Valor Econômico, Valor Social, Moeda Digital, Reconhecimento.

1 – Introdução

Os temas da consciência e do reconhecimento social das pessoas haviam sido abordados por Hegel, anteriormente aos estudos de Marx sobre a geração do valor econômico e sua expressão em trocas de moeda. Estes autores fornecem um arcabouço para se pensar problemas atuais, mesmo que não encontremos em suas obras uma resposta pronta e acabada. Neste ensaio, pretendemos levantar algumas indagações e fazer algumas sugestões para reflexão sobre problemas econômicos, políticos e filosóficos vivenciados, de modo bastante dramático, pela

¹ Professor, Instituto de Biociências – Universidade Estadual Paulista (UNESP), E-Mail:

alfredo.pereira@unesp.br

² Associado Sênior em Planejamento Estratégico no CACI (www.caci.com); E-Mail: fcsousa@aol.com

sociedade brasileira no Séc. XXI. Estes problemas dizem respeito à relação entre valor econômico, reconhecimento social do valor, e o papel da consciência, tanto na geração quanto no reconhecimento do valor. Em que medida a economia política de influência marxiana, em particular as abordagens keynesianas da crise capitalista e respectivas políticas anti-cíclicas, conseguem dar conta do papel da consciência na geração do valor, e no reconhecimento (e correspondente remuneração) dos agentes econômicos pelo valor que geram para a sociedade?

O valor econômico é definido em relação às trocas econômicas reais ou potenciais, enquanto o valor social é definido em relação às ações de promoção das pessoas, isto é, ao desenvolvimento humano. Na sociedade capitalista, há uma dissociação entre os dois, porque o valor social nem sempre é reconhecido como tendo valor econômico, o que coloca dois problemas: 1) O aumento da desigualdade econômica e respectiva desvantagem política dos setores da sociedade que geram valor social sem valor econômico reconhecido; 2) A degradação econômica e ambiental, que ocorre quando os bens ambientais são utilizados pelo prisma exclusivo do valor econômico.

Neste ensaio, buscamos explorar estes conceitos, relacionando-os com o conceito de *Consciência*, a qual opera historicamente não apenas na geração de valor econômico, como “trabalho intelectual”, mas também no processo de reconhecimento e compensação de valor social, na esfera social. Enquanto nos movemos da teoria para a prática, também fazemos sugestões sobre como resolver o problema no contexto da política econômica de Estado, por meio de moedas digitais.

2 – De Marx e Keynes até a Atualidade

O pressuposto materialista - dialético e histórico - de Marx o levou a priorizar o trabalho físico na geração do valor econômico; apesar da tematização da diferença entre “valor de uso” e “valor de troca”, percebemos que os teóricos de influência marxiana e keynesiana não conseguiram formular como seria, na prática, a justa remuneração dos agentes. Propomos aqui uma nova abordagem do problema, que se torna possível com a tecnologia da informação: a emissão de moedas digitais pelo Estado para fins específicos, promovendo assim a justiça social

e uma melhor valorização dos recursos naturais necessários para nossa sobrevivência. Enquanto o dinheiro tradicional (a moeda soberana) é controlado exclusivamente por quem tem sua posse, e pode ser usado ao seu bel-prazer, a moeda digital pode ser programada para cumprir determinados fins. Dessa forma, teríamos virtualmente o fim das fraudes, abusos e desperdícios nos gastos públicos; por exemplo, a moeda digital emitida pelos bancos centrais para incentivar o empreendedorismo produtivo só poderia ser usada para este fim específico.

Este ensaio se baseia em reflexões epistemológicas a partir dos trabalhos de Hegel e Marx. Para cumprir nosso objetivo – que é o de formular uma nova proposta de política monetária que remunere as pessoas pelo valor social que geram, e não apenas por sua competitividade no mercado – não poderemos nos deter em uma exegese dos textos destes autores clássicos, optando então por uma livre interpretação. Encontramos em Cordeiro (1995) uma abordagem original desta temática, que constitui um avanço da filosofia feita no Brasil no sentido dos questionamentos que aqui fazemos.

Marx, com ajuda de Engels, em *O Capital* (vide tradução brasileira: Marx, 2013), trata da origem do valor econômico na sociedade de classes, e de como este valor é representado pela moeda. Considera, com base na economia clássica, que o valor econômico seria gerado pela quantidade de trabalho socialmente necessária para gerar as mercadorias. Essa suposição é essencial para a Teoria da Mais-Valia, que afirma que o lucro patronal necessária e exclusivamente se deriva de uma parcela de valor gerada pelo trabalho físico, mas que não é ressarcida aos trabalhadores. Considerando que a realização do lucro depende da venda dos produtos, Marx previu que o sistema capitalista mais cedo ou mais tarde entraria em crises cíclicas, pois, como a grande maioria dos compradores pertence à classe trabalhadora, e como a massa salarial total é sempre inferior ao valor de venda das mercadorias, ocorreriam as crises de superprodução (ou subconsumo).

A Teoria do Valor-Trabalho de Marx, que carrega consigo múltiplos significados (Bellofiore, 2018), tomava o trabalho produtivo como o principal componente dos preços, colocando em segundo plano outros fatores, sociológicos e psicológicos. Contra tal reducionismo, se insurgiram a Teoria Marginalista, tomando o diferencial informacional

conferido pela propriedade dos bens como sendo o fator determinante dos preços, e a Teoria Afetiva, que enfocava a satisfação emocional intrínseca ao consumo dos bens. Considera-se que Alfred Marshall tenha conseguido realizar uma síntese entre as teorias do valor econômico, tal como descrito na Wikipedia: "A introdução do elemento tempo, por Marshall, na teoria econômica conseguiu unir as duas mais fortes e antônimas teorias, de sua época, sobre o valor. Segundo a Economia Política Clássica, o valor é agregado pelo trabalho no processo de produção; é, por conseguinte, o custo de produção. Por outro lado, a Escola Marginalista entendia o valor de uma mercadoria através da capacidade da mesma em satisfazer necessidades humanas, sendo definida pela utilidade marginal. Com a introdução do fator tempo, na distinção entre longos períodos e curtos períodos, Marshall conseguiu determinar a importância tanto do custo de produção (para longos períodos) como da utilidade marginal (para curtos períodos), na formação do valor das mercadorias." (vide https://pt.wikipedia.org/wiki/Alfred_Marshall).

Para resolver as crises, Keynes (tradução brasileira: Keynes, 1992) propôs medidas “anti-cíclicas”, que visavam o aumento do poder de compra dos trabalhadores, deste modo possibilitando o escoamento de toda a produção, a realização dos lucros por parte dos empresários produtivos, e o investimento no crescimento das forças produtivas, resultando, ao final do processo, em uma redução do desemprego decorrente das crises e, possivelmente, no pleno emprego. A implantação desta política econômica nos países desenvolvidos, após a segunda grande guerra mundial, possibilitou que suas populações gozassem do “Estado de Bem Estar”, em que o investimento estatal em infraestrutura social, prestação de serviços gratuitos para o povo e previdência foram garantidos, desonerando o cidadão de gastos necessários para sua sobrevivência. Estas medidas possibilitaram que os assalariados pudessem destinar uma parte maior de sua renda para a aquisição de mercadorias industrializadas, o que se refletiu em aumento progressivo do Produto Interno Bruto (PIB) dos países e correspondente aumento (até um certo patamar) da qualidade de vida.

Juntamente com as medidas keynesianas clássicas, vários países adotaram, mais recentemente, os programas complementares de bolsas e renda familiar, como forma de evitar que parte da população, que não teria competitividade nas relações capitalistas, ficasse excluída

do mercado. Entretanto, tais medidas, em seu conjunto, geraram dois tipos de problemas. Por um lado, no passado, quando o próprio Estado emitia moeda física para financiar estas políticas, havia um acúmulo de moeda em circulação, sem o correspondente aumento das forças produtivas, o que gerava como reação um aumento dos preços (da parte dos proprietários, produtores e vendedores), conduzindo ao aumento da inflação – como no caso trágico da Venezuela de Hugo Chávez, em que o papel moeda foi tão desvalorizado que acabou sendo usado como material para o artesanato popular.

Por outro lado, quando o Estado capta moeda dos bancos e investidores para financiar tais programas, o resultado é redução da liquidez da economia real, aumento do déficit nas contas públicas, cuja proporção em relação ao PIB serve de indicador para os investidores. Além disso, quando os Estados nacionais optam pela segunda estratégia, os bancos podem se aproveitar dela, emitindo créditos sem lastro (vide Werner, 2014), o que gerou a crise financeira americana de especulação imobiliária, ao final da década passada. Curiosamente, para debelar a crise, a solução foi retomar a primeira estratégia, isto é, a emissão de dólares pelo Estado federal americano. Porque? Vejamos a lógica do problema e de sua solução.

Os bancos privados emitem moeda na forma de crédito. Os tomadores de empréstimos necessitam de recursos para investir em seus negócios, e oferecem seus imóveis como garantia. Com base nesta garantia, os bancos realizam novos empréstimos, o que equivale a mais emissão de moeda. Os tomadores de empréstimos aplicam o dinheiro em seus negócios, mas se estes vão mal eles não conseguem pagar as prestações. Se os bancos executarem as dívidas terão prejuízo, então efetuam novos empréstimos para rolar a dívida. Como os negócios continuam indo mal, chega uma hora em que os imóveis dados em garantia têm que ir a leilão. Neste momento, é preciso ter gente com dinheiro para comprá-los, e estas pessoas só se interessam em investir nisso se o acesso ao dinheiro for facilitado. Para facilitar as aquisições e salvar o sistema financeiro de uma quebra geral, o governo americano aumentou seus gastos com o sistema financeiro (*Quantitative Easing*; vide Brown, 2019) e, conseqüentemente, a quantidade de moeda em circulação, fazendo com que a aquisição dos imóveis nos leilões se tornassem um investimento atrativo.

Para endereçar a situação atual, em que países em desenvolvimento, como o Brasil, não conseguem superar as dificuldades (hiper-inflação e/ou dívida pública impagável) decorrentes de ambas as estratégias acima delineadas, precisaremos retomar criticamente os pressupostos da economia política marxiana, ampliando o escopo do que entendemos como *Sistema Econômico*, de modo a nele incorporar *valores sociais* que superam o “mundo da mercadoria”, ou seja, dos bens atualmente precificados nas trocas do mercado. É neste momento que retomamos o conceito hegeliano de *reconhecimento*, que foi tratado na *Fenomenologia do Espírito* (tradução brasileira: Hegel, 2014), propondo uma nova forma do Estado reconhecer e remunerar o valor social de atividades humanas atualmente excluídas do mercado, e de bens ambientais necessários para nossa sobrevivência e qualidade de vida.

Segundo a eficiente definição da Wikipedia, *Reconhecimento*, "um conceito social filosófico...traduzido do alemão *Anerkennung*...é abordado como uma necessidade de obter respeito nas relações intersubjetivas. O conceito de reconhecimento originou-se filosoficamente na obra de Hegel...como uma forma de autorreconhecimento e de reconhecimento pelo outro. Esse reconhecimento seria intersubjetivo e alcançado por meio de lutas. A ideia chave para a Teoria do Reconhecimento é a de relação. É no encontro com o outro que as identidades se constroem e que a auto-realização pode ser alcançada. Na contemporaneidade, Charles Taylor e Axel Honneth são dois dos principais autores que retomam a definição de “reconhecimento” estabelecida por Hegel e a reformulam, adaptando-a para a realidade social vigente." (vide https://pt.wikipedia.org/wiki/Teoria_do_Reconhecimento).

No âmbito da economia, o reconhecimento significa, essencialmente, *remuneração*, ou seja, envolve trocas de valores econômicos por meio de unidades monetárias. Se a sociedade não remunera uma determinada atividade - por exemplo, os trabalhos domésticos das mães - então o reconhecimento do valor social desta atividade não se efetiva. Para efetivá-lo, é preciso avançar além do livre jogo do mercado, por uma ação estatal legitimada pela maioria do povo, utilizando mecanismos democráticos embasados nas tecnologias disponíveis, para os agentes públicos implementarem uma política distributivista devidamente controlada, evitando possíveis distorções com consequências adversas.

3 - A Distinção entre Micro e Macroeconomia

Na economia neoclássica, que é acreditada e praticada pela maioria dos economistas brasileiros defensores dos governos Temer e Bolsonaro (formados na Escola de Chicago e/ou na Escola Austríaca), o sistema econômico é concebido como composto de bens, materiais e não-materiais, que são vendidos e comprados no mercado, tal como este se organiza espontaneamente. Entretanto, o foco de atenção da administração pública não é, como na Escola Keynesiana, as operações de produção e consumo, mas sim a contabilidade estatal, as “contas públicas”. A ênfase é colocada nos gastos do Estado, os quais, conforme esta corrente, não poderiam ser superiores à arrecadação efetivamente obtida, por meio de impostos e taxas. O processo de desenvolvimento propriamente dito, ou seja, os ciclos sustentados de aumentos da produção e consumo popular, é deixado por conta dos agentes privados, o “mercado”.

Como se operou tal desfocamento da abordagem econômica, passando da “economia real” para a contabilidade estatal? A resposta a esta pergunta se baseia na distinção entre Micro e Macroeconomia, operada por Milton Friedman, luminar da “Escola de Chicago”. Segundo o “fogo amigo” de seus críticos austríacos, ferrenhos defensores do “Estado Mínimo”, “a ideia é que existem dois mundos econômicos claramente separados e independentes. De um lado, há uma esfera “micro”, um mundo no qual os preços individuais são determinados pelas forças de oferta e demanda. Nesta esfera, concedem os chicaguistas, a economia funciona melhor quando deixada a cargo das forças livres e desimpedidas do mercado. Entretanto, afirmam eles, existe também uma outra esfera, distinta e totalmente separada da esfera micro: a economia “macro”, formada pelos agregados econômicos ‘orçamento do governo’ e ‘política monetária’, onde não há nenhuma possibilidade de haver um livre mercado, o qual, aliás, não seria nem mesmo desejável. Em comum com seus colegas keynesianos, os friedmanianos desejam dar ao governo central o controle absoluto sobre essa área macro, para que ele manipule a economia para fins sociais. Ao mesmo tempo, afirmam que o mundo micro ainda assim irá, curiosamente, se manter livre de intervenções governamentais. Em suma, os friedmanianos, assim como os keynesianos, defendem que a vital esfera macro fique sob o controle do estado, pois isso

supostamente é necessário para que o livre mercado haja com liberdade na esfera micro" (https://mises.org.br/Article.aspx?id=1065&ac=206410&fbclid=IwAR0iuSoqOi4HkG5KvhT6iEFz_Tt6-TcKpypF2ghRspyIpny8h2Th_6_26Do). Em suma, para a Escola Austríaca, os adeptos da Escola de Chicago seriam demasiadamente keynesianos, ao atribuírem um papel central ao Estado como regulador das trocas macroeconômicas; isso seria contraditório com a proposta de “Estado Mínimo”.

Na economia liberal clássica, resgatada com radicalismo pelos austríacos, acreditava-se que a auto-organização do mercado, com base na competição e cooperação entre os agentes, seja suficiente para otimizar as relações econômicas. Neste modelo, considerava-se que as interações espontâneas entre os agentes, dentro da ordem vigente, poderiam conduzir não só ao aumento da eficiência (ou seja, da produtividade do sistema) como também a uma organização social estável (referida pelo conceito positivista de "ordem").

Entretanto, o que se comprova empiricamente (vide por exemplo Piketty, 2014) é que a auto-organização do mercado conduz a uma crescente desigualdade econômica, que termina por comprometer o sistema econômico, devido ao problema já identificado por Marx: a crescente concentração da riqueza na sociedade implica em uma pauperização dos compradores, o que conduz a crises recessivas quando, ao notarem que seus produtos não serão vendidos, os empresários produtivos diminuem o ritmo da produção, ficando com capacidade ociosa, e demitem trabalhadores, aumentando o desemprego. Além disso, com o avanço da automação industrial, que em um primeiro momento reduz custos, aumenta a produtividade e o lucro, há uma tendência de diminuição dos postos de trabalho, o que por sua vez gera dois tipos de problema: a desocupação permanente das faixas mais jovens da população, e a falência dos sistemas previdenciários que operam no regime de repartição (em que os trabalhadores mais jovens custeiam, com suas contribuições, os proventos dos aposentados).

Em decorrência das crises do sistema causadas pelo aumento da desigualdade, impactando nas contas públicas – ou seja, no Estado contraindo déficit para financiar programas sociais distributivistas - os economistas friedmanianos passaram a focar medidas macroeconômicas capazes de debelar ou minimizar o endividamento público, como se a

sanidade das contas públicas fosse suficiente para gerar a saúde do sistema de produção e consumo como um todo. Com este enfoque, perde-se a perspectiva social, ou seja, dos valores produzidos e consumidos no seio popular, para se focar exclusivamente nas transações mercantis contabilizadas pelo Estado, seja em termos do Produto Interno Bruto (PIB), seja nas medidas de inflação, que possibilitam avaliar a proporção existente entre moeda circulante e bens sendo comercializados, ou ainda as taxas de juros e câmbio, e comércio exterior, que compõem as variáveis das equações macroeconômicas. Este tipo de abordagem *reduz a análise às trocas de valor econômico, deixando de reconhecer o valor social*. Apenas o que é contabilizado no sistema formal de trocas controlado pelo Estado entra na composição do PIB; esta é uma das principais razões pelas quais esta medida não é suficiente para se avaliar o desenvolvimento humano.

4 - Expandindo o Conceito de Sistema Econômico

Não iremos aqui rever as diversas tentativas de superação do capitalismo e de suas crises que sistematicamente fracassaram, nos últimos 100 anos; apenas uma referência ao maior empreendimento neste sentido, a Revolução Russa, será feita em uma próxima seção. Propomos que se repense a superação das crises capitalistas por meio de *um novo conceito de sistema econômico*, e de medidas de política monetária que sejam adequadas a este conceito.

Uma primeira abordagem deste novo conceito é inspirada pela Termodinâmica, teoria física que relaciona a organização dos sistemas com seu rendimento em termos de trabalho mecânico. Para a Termodinâmica, a organização da vida terrestre depende da energia útil da luz solar capturada pelos seres autotróficos, que capturam e armazenam a energia que torna possível a vida dos seres heterotróficos, dentre os quais nos incluímos. Desde que recebamos a luz solar e tenhamos a nosso dispor seres ou mecanismos artificiais que possibilitem a captura, armazenamento e uso daquela energia, podemos manter e até ampliar a organização de nossas sociedades.

Uma segunda abordagem da complexidade sistêmica se encontra na Ecologia, mais precisamente no processo intitulado *Sucessão Ecológica*. As relações em um ecossistema complexo, composto de populações de diversas espécies biológicas, que tanto competem

quanto cooperam entre si, pode ser analisada por meio da Teoria dos Jogos. As interações podem configurar três tipos de jogos:

- 1) Soma Negativa: Jogos em que todos os jogadores perdem; por exemplo, uma batalha na qual os dois lados sofrem com vidas perdidas, ferimentos graves, destruição de cidades, traumas psicológicos, etc.
- 2) Soma Nula: Jogos em que os ganhos de um ou mais jogadores equivalem exatamente às perdas dos outros jogadores; por exemplo, nas relações predador-presa e – na área de humanas - a teoria da mais-valia de Marx;
- 3) Soma Positiva: Jogos em que todos ganham; por exemplo, as relações simbióticas.

A lição que devemos tirar do processo de sucessão ecológica é a seguinte. Em uma floresta, ao se formar uma clareira (por exemplo, devido a um incêndio), se deflagra o processo de *sucessão secundária*. Inicialmente crescem as espécies vegetais que têm melhor absorção da luz solar, as *pioneiras*; na sombra destas, crescem outras espécies, as *intermediárias*, incluindo plantas que precisam da sombra das primeiras para se desenvolverem, e algumas espécies animais, como ácaros, formigas e aranhas; no estágio final, crescem as espécies *clímax*, incluindo toda a diversidade de espécies animais, que estabilizam o sistema, sem que isso implique na eliminação da espécies que se estabeleceram anteriormente. As relações predador-presa se estabilizam, de modo que a taxa de predação seja compatível com a reprodução das populações das presas.

Pode-se contrastar a situação biológica acima com o panorama neo-liberal na economia humana, em que o avanço da desigualdade se compara a uma situação de super-predação, que leva à extinção das presas e, em seguida, à morte dos próprios predadores. Entretanto, não é isso que se observa em sistemas ecológicos auto-organizados.

O conceito chave que nos possibilita explicar a estabilidade do estágio clímax é a *biodiversidade*. A biodiversidade possibilita que os predadores não levem as presas à extinção, pois estas presas mantêm interações com outras espécies biológicas que possibilitam sua reprodução e manutenção, em uma cadeia que começa com as espécies autótrofas, que por sua vez absorvem a energia solar. Trazendo esta raciocínio para o sistema econômico, notamos que as crises capitalistas prevalecem quando os “predadores” (empresários e financistas especulativos) concentram em demasia a moeda circulante, fazendo com que suas “presas”

(trabalhadores e excluídos, que compõem a grande parte do mercado consumidor potencial) não tenham recursos suficientes para comprar tudo o que é produzido e comercializado.

Para evitar que isso aconteça, é preciso uma *seletividade* do Estado na emissão e distribuição da moeda, uma vez que o mercado, em sua espontaneidade, tende a favorecer a concentração dos recursos monetários nas mãos de poucos operadores. Esta seletividade do Estado, que aqui propomos, seria completamente diferente das tentativas anteriores de redução da desigualdade, como o confisco da propriedade privada, estatização dos meios de produção, distribuição de renda usando o dinheiro alheio (por exemplo, pelo aumento progressivo do salário mínimo), ou, muito menos, a criação de empresas estatais para ocupar nichos de mercado competindo com interesses privados. Tratar-se-ia do uso de uma prerrogativa do Estado, de fornecer moeda para facilitar as trocas entre os agentes sociais, reconhecendo o valor das atividades relevantes exercidas por cada um.

5 – A Complexidade da Experiência Empresarial Produtiva

Na Teoria de Sistemas aplicada à Administração de Empresas, podemos distinguir três tipos de componentes das unidades produtivas:

- 1) Físicos: Materiais e meios de processamento utilizados na geração (máquinas e equipamentos, trabalho manual) e comercialização (transporte, lojas) dos produtos;
- 2) Informacionais: Conhecimentos e processos lógicos utilizados na produção, comercialização e consumo dos produtos, incluindo atualmente de modo decisivo o trabalho intelectual, como ressaltado, por exemplo, pelos economistas Joseph Schumpeter (https://pt.wikipedia.org/wiki/Joseph_Schumpeter) e Ernest Mandel (https://pt.wikipedia.org/wiki/Ernest_Mandel);
- 3) Decisionais: Fatores racionais e afetivos que guiam as tomadas de decisão nas empresas e pelos consumidores (como ressaltado pelo teórico de administração de empresas Peter Drucker; vide https://pt.wikipedia.org/wiki/Peter_Drucker).

Os três tipos de componentes correspondem à ontologia do Monismo de Triplo Aspecto (Pereira Jr., 2013); conforme esta teoria filosófica, o conceito de sistema econômico engloba:

- 1) Recursos Naturais, que incluem tanto os materiais atualmente utilizados, como aqueles que podem vir a ser utilizados;

- 2) Recursos Informacionais, que incluem os dados, conhecimentos e habilidades humanas de utilidade econômica;
- 3) Recursos Afetivos, que incluem os sentimentos que guiam a conduta humana na sociedade, determinando o sentido dos processos econômicos.

Na composição dos preços dos bens comercializados, também encontramos três componentes:

- 1) Materiais: Matéria-prima, capital físico e trabalho humano, que compõem o custo da produção e comercialização;
- 2) Informacionais: Segundo Friederich Hayek (vide https://pt.wikipedia.org/wiki/Friedrich_Hayek), o sistema econômico é um sistema cognitivo; o preço traz informação sobre níveis de oferta e procura que se estabelecem espontaneamente, na auto-organização do mercado;
- 3) Afetivo: Satisfação subjetiva que os produtos podem gerar para o consumidor, no contexto social.

Portanto, há a necessidade de incluir os três fatores no conceito de valor econômico e em sua representação monetária, visando a remuneração justa dos geradores de valor. Temos dois tipos de valor:

- 1) Valor Econômico: Espontaneamente precificados no mercado, e
- 2) Valor Social: Recessivos no mercado, necessitando a ação social do Estado para que sejam identificados e devidamente remunerados. Para que esta remuneração não gere hiper-inflação, é preciso utilizar uma estratégia adequada, como tratemos em uma próxima seção.

6 – O Processo de Reconhecimento, e o Drama da Revolução Russa

Ao longo da história humana, podemos identificar um esforço da humanidade no sentido de que as contribuições pessoais para o progresso social sejam devidamente reconhecidas. O conceito hegeliano de *consciência* se refere justamente ao processo cognitivo e afetivo que se desenrola no seio social, no qual as partes em litígio – como no caso típico da “Dialética do Senhor e do Escravo” – terminam por se superar em um patamar superior, reconhecendo os próprios limites e também a importância do outro (Hegel, 2014).

O processo dialético da sociedade, em Hegel, e, posteriormente, em Marx, se faz entre os opostos, mas não se resolve apenas pelo conflito entre eles; é preciso a intervenção da *Razão de Estado*, que está implícita no arcabouço idealista da filosofia hegeliana, e que - para filósofos e ativistas materialistas, como Vladimir Lênin e Antonio Gramsci - se encarnaria em um grupo de intelectuais componentes de um partido político organicamente inserido em uma classe social.

No desenrolar da Revolução Russa, de inspiração marxista-leninista, a estratégia inicial foi uma política anti-capitalista que abolia a moeda usada para as operações comerciais, e a estatização dos meios de produção, os colocando sobre o controle dos conselhos de fábrica (*soviets*). Entretanto, ao contrário das expectativas, tal política anti-capitalista não foi eficiente nem eficaz, pois o socialismo, na perspectiva do próprio Marx, necessitaria da manutenção e *ampliação* dos avanços das forças produtivas e nas interações sociais possibilitados pelo capitalismo, sendo a moeda o principal meio para a realização das potencialidades dos indivíduos e grupos sociais. Sendo assim, Lênin teve a argúcia de elaborar a Nova Política Econômica (NEP), que reintroduzia a moeda como meio de interação social produtiva. Junto com a NEP, que promoveu o necessário crescimento econômico do país, houve problemas (que não vamos abordar aqui), como a expropriação de camponeses, que progressivamente conduziram à formação de uma burocracia estatal totalitária, que passou a usar a violência como método de governo.

Com o retorno do Estado russo ao despotismo, e a respectiva desmobilização dos *soviets*, o processo de reconhecimento, essencial para a superação da divisão social entre burgueses e proletários, foi truncado. A burocracia estatal, que deveria promover o reconhecimento do valor social gerado pelas atividades de ambas as classes sociais, e a devida remuneração de cada pessoa conforme o valor social que gera, deixou de cumprir sua função no processo de transformação, e regrediu para o regime despótico, no qual os governantes atuam de modo autocrático, deixando de reconhecer os valores gerados por ambas as classes. A situação progressivamente se agrava com a repressão violenta às pessoas remanescentes da burguesia e do campesinato, o que ocorre lado a lado com a falta de entendimento do papel essencial que estas pessoas tinham, e deveriam continuar a ter, para a manutenção das forças

produtivas existentes, e forjamento, por meio do empreendedorismo, dos insumos para o crescimento econômico.

7 - Uso de Moeda Digital para o Reconhecimento do Valor Social como Valor Econômico

Em um século de sucessos e fracassos parciais, Capitalismo e Socialismo chegam ao Séc. XXI não mais como inimigos, mas como regimes simbióticos. O desenvolvimento econômico e a superação das crises cíclicas é facilitado pelo Estado, mas este impulso não requer governos totalitários, muito menos a estatização do sistema produtivo e/ou da propriedade. O meio mais eficaz para o Estado impulsionar o desenvolvimento econômico é por meio da disponibilização de moeda para produtores e consumidores. Entretanto, se o Estado faz captações por meio dos bancos para obter o dinheiro para impulsionar o desenvolvimento, retirando dinheiro de circulação e pagando juros que terminam por aumentar a desigualdade social, e/ou se usa mal o dinheiro, como nos casos de corrupção sistêmica, então a indução do desenvolvimento fracassa. A solução seria, portanto, o Estado gerar moeda, de modo físico ou digital, assim como fazem os bancos, e fornecê-la seletivamente para os produtores e consumidores, induzindo um ciclo de desenvolvimento na economia real.

Além disso, se o Estado cede o dinheiro para investidores descompromissados com a produção, estes com toda a certeza preferirão obter ganhos especulativos, e não ocorrerá desenvolvimento econômico; portanto, a alocação da moeda emitida pelo Estado tem que ser "social", no sentido de *incluir* (com fornecimento de dinheiro e, se possível, com acesso à propriedade) no sistema econômico as pessoas que estão fora do sistema produtivo e do mercado consumidor (Barraclough, 2018). Isto, e apenas isto, garante que haverá impulso ao desenvolvimento: aumentando o número de pessoas participantes do mercado consumidor, e lhes propiciando maior renda e poder aquisitivo, os empresários produtores têm a oportunidade de maximizar suas vendas e realizar o lucro, se tornando aptos a realizar novos investimentos e ampliar as vagas de emprego, o que possibilita a formação do círculo virtuoso do desenvolvimento.

Com a possível implantação das medidas acima, progressivamente os índices do desenvolvimento, como o PIB, deverão passar a incluir dimensões da vida social que não se traduzem em mercadorias convencionais, deste modo justificando as emissões de moeda pelo

Estado. Isso é mais exequível por meio de emissão de moedas digitais limitadas a um determinado uso social; o fluxo destas moedas na sociedade vem então a ser contabilizado juntamente com a moeda principal, em um PIB estendido.

Sugere-se, portanto, o uso de *moeda digital* emitida, controlada, garantida e reabsorvida pelo Estado (Brown, 2019), para financiar programas sociais, como o Bolsa Família, Bolsa Desemprego e outros auxílios a serem criados (programas de Renda Básica, como discutido por Standing e Orton, 2018), visando aumentar a renda dos consumidores pobres, aquecer o mercado e também remunerar atividades de valor social que atualmente não são valorizadas pelo mercado, por exemplo:

- a) A mulher que realiza trabalho doméstico, cuidando dos filhos (até sua maioridade), receberia o Auxílio Maternidade de forma continuada, não precisando acumular o trabalho doméstico com um trabalho remunerado fora de casa;
- b) As pessoas que cuidam e promovem bens ambientais, por exemplo plantando árvores, preservando espécies em extinção, fiscalizando crimes ambientais por conta própria, etc., receberiam o Auxílio Ambiente;
- c) Pessoas formalmente desempregadas que realizam trabalhos de relevância social, como cultivar hortas comunitárias, cuidar de crianças, idosos, doentes e deficientes, receberiam o Auxílio Solidariedade;
- d) Pessoas altamente talentosas e criativas, como músicos, poetas, pintores, literatos, inventores, desenvolvedores de novas tecnologias, que não encontram interesse do mercado em seus trabalhos (manuais ou intelectuais), poderiam aplicar para receber o Auxílio Talento.

Para que não gere hiper-inflação, tal moeda digital tem que ser reabsorvida pelo Estado, após cumprir sua função de reconhecimento e remuneração do valor social gerados pelos beneficiários. Por exemplo, os beneficiários usariam tal moeda para pagar suas contas, por meio de um cartão magnético fornecido pelo Estado; os créditos são repassados dos comerciantes para os produtores dos bens consumidos, que podem abater o valor em seus impostos, ou podem comercializar a moeda digital com outros produtores, que podem usá-lo para pagar seus impostos. No ato de pagamento do imposto, a moeda digital emitida é retirada de circulação, tendo, portanto, um ciclo de vida transitório, ao contrário do papel-moeda, o qual, uma vez emitido pelo governo, se acumula em circulação, gerando as tendências inflacionárias.

Com a implantação desta política monetária, haveria um grande avanço nas seguintes áreas:

- 1) Combate ao desemprego, oriundo do êxodo rural (com a acumulação de grandes contingentes nas periferias da cidade, sem ocupação produtiva) e das novas tecnologias que substituem o trabalho humano pela máquina;
- 2) Diminuição da criminalidade e aumento da segurança, ao se oferecer ocupação legal a um crescente contingente de pessoas que têm na ilegalidade sua única chance de sobrevivência e prosperidade financeira;
- 3) Aquecimento da economia e realização do lucro dos empresários produtivos, ao se propiciar o aumento da renda média da população, aumentando os níveis de consumo popular;
- 4) Redução drástica da sonegação fiscal em todas as áreas de atividade econômica, se o resgate da moeda digital ocorrer no ato de pagamento de impostos;
- 5) Aumento considerável na qualidade de vida da população, pois as pessoas poderão optar pelo tipo de trabalho de valor social com o qual têm maior afinidade, ao invés de se sujeitar às exigências do mercado convencional, que dependem dos desígnios dos proprietários dos recursos produtivos.

8 - Uso de Moedas Digitais Como Alternativa para a Economia Brasileira

Considerando os impasses do sistema financeiro internacional, oriundos do superendividamento dos países, em novembro de 2018 a Diretora do Fundo Monetário Internacional (FMI) Christine Lagarde, alertou, em uma conferência sobre tecnologias financeiras, que os Bancos Centrais já devem se preparar para incluir moeda digital própria.

As três justificativas (Lagarde, 2018) foram:

- 1) O alto endividamento da maioria dos países dificulta a emissão da moeda soberana para cobertura de déficits orçamentários;
- 2) Direcionar créditos para pequenas empresas e infraestrutura social, necessários para criação de empregos e estabilidade social;
- 3) Simplificar, agilizar, e dar mais confiabilidade na gestão dos recursos públicos.

Segundo projeção do FMI (Article IV Annual Review - Brazil, May 2018; vide <https://www.imf.org>), o Brasil já tem uma dívida pública de 90% do Produto Interno Bruto (PIB). Vejamos: com um PIB de USD 2 trilhões (2017), a dívida de 90% do PIB remonta a USD 1,8 trilhão ou ~ R\$ 7 trilhões. Considerando as restrições impostas pela lei do teto de gastos aprovada no governo Temer, as opções do governo Bolsonaro são apenas duas: seguir a recomendação do FMI de se emitir créditos via moeda digital, ou tentar cobrir o déficit por meio de privatizações.

Segundo declarações públicas do Super-Ministro da Economia, Paulo Guedes, o programa de desestatização do governo poderia arrecadar até R\$ 700 bilhões, mas isso corresponde apenas a 10% da dívida, que ele prometeu liquidar em apenas um ano! Além disso, a alternativa de obtenção de *superávit* fiscal por meio de privatizações esbarra com diversos obstáculos, formais e informais. Portanto, a única solução viável para se combater a crise recessiva no curto prazo seria a emissão de moeda digital, como reserva de créditos suplementares. Esse padrão digital foi adotado no Uruguai, Coréia do Sul, Rússia, Malásia, e outros países. Reino Unido, Noruega e China brevemente devem anunciar aderência ao padrão de moeda digital própria (vide <https://www.coindesk.com/>).

Comentários Finais: Uma Social-Democracia Monetária?

Porque o livro principal de Marx se chama "O Capital" e não "O Estado"? O que mais caracterizava a sociedade de sua época era o modo como a moeda, os bens materiais e a força de trabalho humana eram utilizados pela classe burguesa. O modo de organização do Estado não faria muita diferença, pois o Estado seria um instrumento de poder daquela classe. Isso fazia de Marx um defensor do "Estado Mínimo"? Não, pois seu maior questionamento era a respeito da exploração humana, que decorre da liberdade absoluta de uso da moeda, que encontramos no sistema capitalista. As pessoas pensam assim: "Se o dinheiro é meu, faço com ele o que eu quiser". Isso é o cerne do liberalismo. Para se superar esta situação, a ação do Estado é imprescindível. Entretanto, a temperança do sistema capitalista com medidas social-democráticas não deveria se operar por meio de estratégias de tomada do poder pela força, e subsequente estatização da propriedade produtiva. A transição para um estado social-democrático se faria pacificamente, por meio de um controle do uso da moeda pelo Estado,

mantendo-se as conquistas do capitalismo (crescimento das forças produtivas, conhecimento científico e tecnológico, liberdades democráticas).

Um socialismo democrático possivelmente adviria do sucesso do capitalismo, e em continuidade com ele, por meio da superação de sua principal contradição, geradora das crises cíclicas; ou seja, pela superação dos limites impostos pela crescente desigualdade estrutural, que faz com que o mercado consumidor progressivamente se encolha, ao mesmo tempo em que o sistema produtivo se amplia. O controle da moeda possibilitaria a ampliação do universo de consumidores e de seu poder aquisitivo, com a conseqüente redução da desigualdade e o fim da exploração humana. Ao invés da estatização da propriedade, teríamos sua universalização, isto é, todas as pessoas teriam propriedade e renda mínimas que as possibilitassem sobreviver, sem a necessidade de servir a outras pessoas.

A conquista democrática do poder estatal pela classe trabalhadora e aliados teria a função de direcionar o uso da moeda, de modo a possibilitar acesso à propriedade a todos os cidadãos, fornecendo às pessoas meios autônomos de trabalho socialmente relevantes, conforme suas capacidades. Esse direcionamento do uso da moeda só se torna possível com a tecnologia da informação; por exemplo, não se pode usar um cartão de alimentação (moeda digital) fornecido pela instituição empregadora de um dos autores para comprar bebidas alcoólicas. Com a moeda digital e o software que a controla, a Universidade Estadual Paulista (UNESP) consegue direcionar o uso dos créditos do cartão para a finalidade social específica de aquisição de comida.

Como a importância de direcionamento do uso da moeda para se induzir uma transição para uma economia social-democrática não foi até hoje devidamente reconhecida, não causa espanto notar que todas as tentativas de construção de sociedades socialistas, por meios violentos e ditatoriais, tenham fracassado estrondosamente. Também entendemos melhor a negligência das esquerdas frente aos problemas da sonegação de impostos pelos agentes privados, e de corrupção das burocracias estatais; estas esquerdas interiorizaram a ideologia de que “cada um faz o que quer” com o dinheiro ao qual tem acesso (legalmente ou não). Desconsideraram a importância do controle dos fluxos de moeda para se fazer o sistema econômico capitalista reduzir as desigualdades, superar as crises cíclicas e assim avançar rumo

a um socialismo democrático. Precisamos reconhecer a validade das críticas da direita a este respeito.

Todas as correntes da esquerda erraram, mas não se deve colocar a culpa disso em Marx. A filosofia econômica marxiana tem suas limitações, como a estreiteza da teoria valor-trabalho, a ideia de “jogo de soma zero” subjacente à teoria da mais valia, e o intervencionismo estatal inerente ao Manifesto Comunista. Entretanto, ele acertou ao identificar o socialismo (democrático, diga-se de passagem) com o resgate do valor de uso e da autonomia do trabalho humano, o que corresponde ao processo de reconhecimento tematizado por Hegel, e também aponta no sentido de um papel da consciência no direcionamento do processo histórico, a partir das condições objetivas que se lhe apresentam.

Referências

BARROWCLOUGH, D. Starting with the Poor. In: United Nations (Org.) *The Ins and Outs of Inclusive Finance: some lessons from microfinance and basic income*. Genebra: UNCTAD (United Nations Conference on Trade and Development). 2018.

BELLOFIORE, R. The Multiple Meanings of Marx's Value Theory Monthly Review 2018. Available at; <https://monthlyreview.org/2018/04/01/the-multiple-meanings-of-marxs-value-theory/>.

BROWN, E. Banking on the People: Democratizing Money in the Digital Age. The Democracy Collaborative: Washington, USA. CORDEIRO, R.C. (1995) *Da Riqueza das Nações à Ciência das Riquezas*. Rio de Janeiro: Loyola. 2019.

HEGEL, G.W. F.. Fenomenologia do Espírito. Tradução de Paulo Menezes. 9a. Edição. Petrópolis (RJ): Vozes. 2014.

KEYNES, J.M.. *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. Tradução de Mário Ribeiro da Cruz. São Paulo: Editora Atlas. 1992.

LAGARDE, C. Winds of Change: The Case for New Digital Currency. 2018. Disponível em: https://www.imf.org/en/News/Articles/2018/11/13/sp111418-winds-of-change-the-case-for-new-digital-currency?fbclid=IwAR1OZSt3GAmJNCG0vIHUNSFx_F6sY110IAIQCCN_X69RBKOa9WFuH_j5ABI

MARX, K. *O Capital: Crítica de Economia Política. Livro I: O processo de produção do capital*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo. 2013

PIKETTY, T.. *O Capital no Século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca. 2014.

STANDING, G.; ORTON, I. Development and Basic Income: an emerging economic model. In: United Nations (Org.) The Ins and Outs of Inclusive Finance: some lessons from microfinance and basic income. Geneva: UNCTAD (United Nations Conference on Trade and Development).2018

WERNER, R. Can banks individually create money out of nothing? — The theories and the empirical evidence. *International Review of Financial Analysis* 36, Pages 1-19. 2014.

ECONOMIC VALUE AND SOCIAL RECOGNITION OF VALUE: AN ESSAY IN PHILOSOPHY OF ECONOMICS

Abstract

We conducted a philosophical analysis of economic concepts and presented a proposal for a practical approach to the issues. Economic Value is defined in relation to potential or actual economic exchanges, while Social Value is defined in relation to actions to promote people, that is, human development. In the capitalist society, there is a dissociation between the two, since Social Value is only remunerated when it has Economic Value, which leads to two types of problem: the increase in economic inequality, disfavoring the sectors of society that generate Social, without Economic, Value, and the degradation of the environment, which occurs when environmental goods are used in the exclusive prism of Economic Value. In this essay, we seek to investigate these concepts, relating them to the concept of Consciousness, which would operate historically not only in the generation of Economic Value, but also in the process of recognition and remuneration of Social Value. In the transition from theory to practice, we also make suggestions on how to solve the problem within the framework of public economic policy.

Keywords: Philosophy of Economics, Economic Value, Social Value, Digital Currency, Recognition.